

O machismo e o racismo e a culpabilização da mulher pela piora da alimentação da família quando ela passou a ocupar o mercado de trabalho

Sexism and racism and the blaming of women for the worsening of the family's diet when they entered the job market

Sexismo y racismo y culpabilización de las mujeres por el empeoramiento de la alimentación familiar cuando acceden al mercado laboral

Letícia Tinoco de Toledo Garcia | lekagarcia@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0008-3720-6471>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Camilla de Chermont Prochnik Estima | camillacpestim@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5410-3940>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Recebimento do artigo: 29-setembro-2023

Aceite: 15-janeiro-2024

GARCIA, L. T. T.; ESTIMA, C. C. P. O machismo e o racismo e a culpabilização da mulher pela piora da alimentação da família quando ela passou a ocupar o mercado de trabalho. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. ISSN 2763-9029. Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 74-88, dez. 2023.



RESUMO

A saída da mulher para o mercado de trabalho é uma das grandes justificativas nos estudos do campo da alimentação e nutrição para a piora da qualidade nutricional do consumo alimentar das famílias, e que acarreta o desenvolvimento e aumento da prevalência e incidência de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil nas últimas décadas. A mudança no perfil de alimentação do brasileiro é notória, mas o quanto essa afirmação da emancipação das mulheres para obterem espaço no campo profissional, fora de casa, com um trabalho remunerado e reconhecimento além da independência se configura como um discurso machista e culpabilizadora delas. O presente artigo tem o objetivo de fazer um ensaio crítico acerca do tema a partir do levantamento de artigos que contextualizaram a mudança no padrão de alimentação no Brasil, a afirmação da saída da mulher para o mercado de trabalho com as temáticas do conceito de família, criação do patriarcado, falta de uma estrutura social de rede de apoio às mulheres e a sobrecarga feminina.

Palavras-chaves: Gastronomia; Alimentação familiar; Mulher; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

When women left home to work outside the house is a great the exit of women to the job market is one of the major justifications in studies in the field of food and nutrition for the worsening of the nutritional quality of family food consumption, which leads to the development and increase in the prevalence and incidence of chronic non-communicable diseases in Brazil in recent decades. The change in the Brazilian's eating profile is notable, but how much this affirmation of women's emancipation to obtain space in the professional field, outside the home, with paid work and recognition in addition to independence, is configured as a sexist and blaming discourse. This article aims to provide a critical review of the topic based on a survey of articles that contextualized the change in eating patterns in Brazil, the affirmation of women's exit to the job market with the themes of the concept of family, creation of patriarchy, lack of a social structure to support women and female overload.

Keywords: Gastronomy; Family food; Woman; Job market.

RESUMEN

La salida de las mujeres al mercado laboral es una de las principales justificaciones en los estudios en el campo de la alimentación y la nutrición para el empeoramiento de la calidad nutricional del consumo familiar de alimentos, lo que conduce al desarrollo y aumento de la prevalencia e incidencia de enfermedades crónicas no -Enfermedades transmisibles en el Brasil en las últimas décadas. Es notable el cambio en el perfil alimentario de los brasileños, pero hasta qué punto esta afirmación de la emancipación de las mujeres para obtener espacio en el ámbito profesional, fuera del hogar, con trabajo remunerado y reconocimiento además de la independencia, se configura como un discurso sexista y culpabilizador. Este artículo tiene como objetivo brindar una revisión crítica del tema a partir de un estudio de artículos que contextualizaron el cambio en los patrones alimentarios en Brasil, la afirmación de la salida de

las mujeres al mercado laboral con los temas del concepto de familia, creación del patriarcado, carencia de una estructura social para apoyar a las mujeres y la sobrecarga femenina.

Palabras claves: Gastronomía; Alimentación familiar; Mujer; Mercado de trabajo.

INTRODUÇÃO

“Quando a mulher saiu de casa para o mercado de trabalho, a alimentação da família piorou” - essa é uma afirmativa que provavelmente todos os nutricionistas ouviram durante a sua formação profissional, como uma das diversas justificativas para a piora da alimentação das pessoas. O aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade e das doenças crônicas não-transmissíveis na população brasileira, além da maciça presença de alimentos ultraprocessados na alimentação dos brasileiros também entram nesse discurso como tentativa de justificativa para esse cenário. Mas, o quanto essa colocação é machista e racista? Machista por colocar sobre a mulher a carga na decisão alimentar - e de todos os processos que envolvem a alimentação de uma pessoa ou de uma família - e racista pois a invisibilização da mulher preta que sempre esteve envolvida no cuidado da casa das pessoas brancas, nas cozinhas e no cuidado das crianças. O trabalho doméstico de ambas é invisibilizado e nunca aparece nessa história a presença e responsabilização dos homens.

Fala-se sobre isso em nossas formações profissionais e no discurso com a comunidade ou os pacientes que atendemos? Estamos reproduzindo e ensinando aos estudantes de nutrição essas falas opressoras sem percebermos? Durante a formação profissional do nutricionista aprendemos a contextualização das mudanças no perfil de alimentação e nutrição da população brasileira para que haja compreensão dos cenários atuais de alimentação, saúde e doenças que são provocadas pela alteração do consumo alimentar das populações. Aprendemos o cenário de pobreza, desigualdade social, insegurança alimentar que desencadeia a fome e diversos diagnósticos de falta de vitaminas e minerais, como a anemia ferropriva (por baixo consumo de ferro) e a hipovitaminose A. Ao passo que os aumentos da prevalência e incidência de excesso de peso e obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis, como a diabetes mellitus, hipertensão arterial, câncer entre outras. Aprendemos tanto sobre essas questões no âmbito biológico e da saúde, mas nada sobre a questão social.

Os artigos que discutem as mudanças nos perfis de saúde e doença e alimentação da população brasileira trazem diversas justificativas para a implementação desse cenário, como a globalização, urbanização e avanços da medicina e também a saída da mulher do ambiente doméstico e familiar para o mercado de trabalho. Sempre pareceu normal ouvir essa afirmação em nossa formação profissional, e talvez há alguns anos quando as discussões de machismo e outras opressões que as mulheres passam, como o racismo e a gordofobia, não eram tão abertas e sequer consideradas. Sendo assim, o objetivo do presente estudo é realizar um ensaio crítico sobre a normalização da fala machista e racista de que a mulher obtendo a sua emancipação é a responsável pela piora do perfil de alimentação de sua família e como isso deve ser visto de forma crítica e mais responsável.

RACISMO, COLONIZAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE

A mulher preta sempre ocupou o ambiente doméstico das casas de famílias de pessoas brancas quando vieram escravizadas e colonizadas pelos portugueses na época do Brasil colônia. Machado (2022) descreve o posicionamento forçado de mulheres africanas que foram trazidas ao Brasil na época do Brasil colônia com a escravidão e as violências passadas pelas pessoas pretas, e como a mulher preta foi colocada forçadamente para realizar os trabalhos domésticos na casa dos brancos. As condições insalubres de trabalho para proporcionar refeições diárias, banquetes, quitutes, a posterior venda de alimentos fora do ambiente doméstico por parte das escravas com os lucros sendo recebidos pelas famílias brancas. Não só a violência em si da escravidão mas como o lugar da cozinha foi um lugar indesejado por elas e visto como forma de castigo pelo trabalho extenuante e constante, como afirma Thais Sant'Anna em seu livro "Um pé na cozinha" (2022). Segundo Sant'Anna (2022), as mulheres brancas não cogitavam ocupar os espaços de cuidados domésticos e muito menos a cozinha. Davis (2016) também discute bastante sobre as mulheres escravas e o seu lugar na sociedade colonial norte-americana e posteriormente a consolidação desse trabalho delas como grandes engrenagens sociais. As mulheres pretas descendentes de escravas não eram - e infelizmente talvez ainda não sejam - vistas como mulheres. Não igual às brancas, como descreve Bell hooks (2019).

Mesmo com a dita "libertação dos escravos" em 1888, cuja situação não mudou muito da teoria para a prática, as mulheres pretas seguiram nos cuidados domésticos que as brancas não queriam fazer, mas essa relação mudou um pouco. Elas continuaram a ser empregadas domésticas e com o avanço e consolidação da gastronomia no mundo, a presença de restaurantes para as pessoas comerem fora de casa, também absorveu essas mulheres no trabalho braçal sem qualquer tipo de destaque, visibilidade, mérito ou crédito, bem como nos ambientes escolares na função das merendeiras (Melgaço e Souza, 2022). A mulher preta sempre esteve no ambiente culinário, talvez não em lugar de decisão, mas de execução e limpeza, dentro ou fora da casa das pessoas, sem que fossem vistas ou reconhecidas.

Essa questão toda passa pela questão do racismo e classe social e não podemos deixar de citar a questão da interseccionalidade pois são atravessadores que explicam as violências que as mulheres pretas passam. Uma mulher branca cisgênero não tem as mesmas queixas de machismo que uma mulher preta cisgênero passa, como a invisibilização social (Akotirene, 2019). As mulheres brancas, pautadas na estrutura racista e escravocrata herdaram da escravidão e seu modelo estruturado de sociedade que é "natural" uma mulher pobre e/ou preta ocupar os espaços de cuidado da casa quando ela não pode ou não quer fazer. Então a saída da mulher branca pro mercado de trabalho não foi ocupada pelo homem, mas sim por outra mulher, só que pobre e preta, além da indústria alimentícia que mencionamos anteriormente. Achar isso natural só escancara nosso racismo estrutural e que, para que ele seja quebrado, estruturas sociais de poder e privilégio tem que ser mudadas.

A mulher branca só conseguiu sair pro mercado de trabalho porque a preta continuou ocupando o seu lugar. Ela só pode sair para estudar, buscar por igualdade aos homens brancos por conta dessa "rede de apoio" da mulher preta e pobre. No discurso da classe social de que "a preta precisa do trabalho" essa estrutura só se perpetua. Mas quando a mulher preta sai pro mercado de trabalho, é nas mesmas condições que a branca? Quem cuida dela e dos filhos dela? Quem é a rede de apoio dela? Em geral uma mulher acaba sendo a rede de apoio das outras, e no caso das mulheres pobres, os filhos acabam cuidando uns dos outros para que a mãe possa

sair para trabalhar. O racismo então pode ser visto como uma estrutura social que facilita e possibilita que as brancas tenham tido sua emancipação profissional e social e que continua perpetuando esse cenário.

Se pensarmos que toda essa história simplesmente não é abordada ou mencionada na formação profissional e como o discurso biológico é a justificativa para a mudança do cenário como discutiremos a seguir.

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, EPIDEMIOLÓGICA E NUTRICIONAL NO BRASIL

Nos anos 2000 diversos estudos foram publicados acerca das temáticas da transição demográfica, epidemiológica e nutricional no Brasil a respeito dos 50 anos anteriores (Batista Filho e Rissin, 2003; Kac e Velásquez-Meléndez, 2003; Oliveira, 2004; Batista Filho *et al.*, 2008). De acordo com Oliveira (2004), a transição demográfica refere-se à mudanças do perfil da população a respeito das taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade, que provocam aumento no ritmo de crescimento da população por idade e sexo. A transição demográfica apresenta três estágios: o primeiro é de um equilíbrio populacional decorrente das altas taxas de natalidade e mortalidade. Em seguida há a explosão demográfica resultante da manutenção de uma alta taxa de fecundidade da população. E por fim, no terceiro estágio, a redução acelerada da taxa de mortalidade infantil e a conservação da alta taxa de fecundidade. No terceiro estágio, a redução acelerada das taxas de fecundidade e baixas taxas de mortalidade, que proporciona um envelhecimento da população.

A transição epidemiológica, segundo Schramm *et al.* (2004) é caracterizada por mudanças ocorridas no tempo nos padrões de morbidade e mortalidade em uma população, que é acompanhada pelas transformações econômicas, sociais e geográficas. Há a substituição das doenças transmissíveis por doenças não-transmissíveis e um deslocamento da carga de morbi-mortalidade dos grupos de pessoas mais jovens para os mais idosos. Já a transição nutricional pode ser entendida como um fenômeno em que há uma modificação e inversão dos agravos nutricionais da população em um determinado período de tempo. Há uma redução marcante dos casos de desnutrição para um aumento relevante de casos de obesidade (Kac e Velásquez-Meléndez, 2003).

Desde a década de 1950 observamos mudanças substanciais no Brasil por conta dessas mudanças dos perfis populacionais, redução de doenças transmissíveis, aumento do excesso de peso e a obesidade e redução da desnutrição. Processos de globalização, urbanização, evolução da medicina, vacinações, políticas públicas de alimentação e nutrição, políticas sociais com foco na redução da fome e insegurança alimentar.

No campo da epidemiologia nutricional, alimentação e nutrição, contamos com uma série de estudos a respeito das mudanças do perfil de alimentação no Brasil. A transição nutricional foi um resultado não só do combate à fome e políticas públicas contra anemia e hipovitaminoses mas com um novo perfil de alimentação, caracterizado pelo aumento de uma alimentação industrializada, maior consumo de alimentação fora de casa e substituição de refeições tradicionais por lanches. O aumento do consumo dos alimentos industrializados tem sido tão expressivo que inclusive uma nova classificação para os alimentos no Brasil foi proposta pelo Prof Dr Carlos Augusto Monteiro, a classificação NOVA (Monteiro *et al.*, 2010) e

incorporada pelo Ministério da Saúde na revisão e mais recente versão do Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014). Três grupos de alimentos foram criados nessa classificação: os alimentos minimamente processados, os processados e os ultraprocessados (Monteiro *et al*, 2010), como base na presença ou não de processamento dos alimentos e na quantidade de ingredientes que eles apresentam na lista de ingredientes presentes nos rótulos.

Os alimentos minimamente processados são alimentos que vem direto da natureza e que apresentam em sua composição de um a dois ingredientes. Quando pensamos nos alimentos *in natura*, ou seja, como eles vieram da natureza, entendemos que ali não tem nada além dele. Eles não sofreram qualquer alteração após serem retirados da natureza, não há interferência da indústria, a não ser higienização, embalagem e transporte para localidades mais distantes. Exemplo: banana, não tem nada ali que não seja ela. Não tem adição de qualquer outro ingrediente, alimento ou substância, tanto que também dizemos que ela não tem - e nem precisa - de rótulo para reconhecimento do produto. Quanto à lista de ingredientes, eles apresentam de 1 a 2 ingredientes no máximo na listagem presente no rótulo, quando há rótulo (Monteiro *et al*, 2010).

Eles são a base para uma alimentação saudável, variada, balanceada e culturalmente apropriada e promotora de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável (Guia alimentar para população brasileira, Ministério da Saúde, 2014). Exemplos de alimentos deste grupo: Legumes, verduras, frutas, arroz branco, integral ou parboilizado, milho em grão ou na espiga, grãos de trigo e de outros cereais; feijões, lentilhas, grão de bico; cogumelos frescos ou secos; frutas secas, sucos de frutas e sucos de frutas; castanhas, nozes, amendoim; especiarias em geral; ervas frescas ou secas; farinhas de mandioca, de milho ou de trigo e massas; carnes de gado, de porco e de aves e pescados frescos, resfriados ou congelados; leite pasteurizado (Guia alimentar para população brasileira, Ministério da Saúde, 2014).

Alimentos processados são fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos *in natura* para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. São produtos derivados diretamente de alimentos e são reconhecidos como versões dos alimentos originais *in natura*. São usualmente consumidos como parte ou acompanhamento de preparações culinárias feitas com base em alimentos minimamente processados. Podemos citar como exemplo, molho de tomate que em sua maioria tem adição de sal e açúcar, outros exemplos são: frutas em calda, atum em lata, toucinho. Todos esses alimentos são adicionados de sal, açúcar ou outro ingrediente que fazem deles alimentos processados. (Guia alimentar para população brasileira, Ministério da Saúde, 2014). À respeito da lista de ingredientes, eles apresentam de 3 a 4 ingredientes no máximo na listagem presente no rótulo (Monteiro *et al*, 2010).

Quando pensamos em alimentos ultraprocessados, imediatamente nos vem à cabeça: praticidade, facilidade de consumo e paladar. Talvez por isso, podemos constatar, nas últimas décadas, um aumento considerável no consumo destes produtos. Estes são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hidrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos usados para dotar os produtos de propriedades sensoriais atraentes). A indústria alimentícia disponibiliza um orçamento significativo para as campanhas de marketing e isso faz com que haja falsa impressão de que são alimentos saudáveis. Não é incomum vermos em

embalagens mensagens como: “enriquecido com”, “menos calorias”, “fonte de”. Mensagens como essa podem confundir o consumidor, além disso, como dissemos acima, a sensação de praticidade faz com que cada vez mais brasileiros optem por estes alimentos. De acordo com a classificação NOVA, os alimentos ultraprocessados apresentam em sua composição acima de 5 ingredientes (Monteiro *et al*, 2010).

A inclusão dessas novas formas de caracterização dos alimentos trouxe à tona um entendimento do quanto estamos comendo alimentos altamente manipulados pela indústria alimentícia, que criam alimentos que previamente não existiam, como por exemplo refrigerantes, salgadinhos de pacote e macarrão instantâneo acompanhado de um pó rico em sódio. Esses alimentos não são derivados de outros, necessariamente. O problema é que pela alta palatabilidade, campanhas maciças de marketing e apelo para praticidade de consumo esses alimentos estão virando a base da alimentação brasileira, e essa é uma das grandes justificativas para o discurso machista da mulher não ser mais a decisora da alimentação da casa ou então ela não preparar mais os alimentos para a família. A enxurrada de mensagens sobre a praticidade dos alimentos ultraprocessados, como as comidas prontas para consumo congeladas, biscoitos e pipocas que substituem o jantar, ausência de frutas legumes e verduras que demandam algum tipo de preparo, propiciam o aumento desse consumo pelas famílias. A mulher saiu de casa para o mercado de trabalho, o homem não ocupou o seu espaço e quem fez esse trabalho é a indústria de alimentos ultraprocessados.

O Guia ainda aborda a cultura, regionalidade, comida como forma de afeto, o cozinhar e a comensalidade como um fator importante para a alimentação saudável. Sabemos que a correria do dia-a-dia e a saída cada vez mais cedo para o mercado de trabalho pode influenciar na escolha dos alimentos e dessa forma de comer dos brasileiros. Isso, junto com a proposta da NOVA classificação de alimentos e a sua incorporação ao guia alimentar para a população brasileira fez com que o guia se tornasse um documento de referência tanto no Brasil como em outros lugares do mundo, sendo considerado o mais sustentável segundo estudo das americanas Selena Ahmed, Shauna Downs e Jessica Fanzo. Elas avaliaram guias alimentares de outros 11 países e o resultado encontrado por elas fez com que diversos governos se baseassem no nosso guia para adotá-lo em seus países, (Ahmed, Downs e Fanzo, 2019), que não só usa a classificação NOVA como base mas que sugere e estimula formas de comensalidade, cozinhar entre outros. Importante ressaltarmos que o Guia Alimentar para a População Brasileira, foi embasado nas análises da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE, portanto sendo possível abranger uma ampla parte da nossa população, que pelo tamanho de nosso país, temos muitas culturas e hábitos, diferentes em cada região.

MUDANÇAS NO PERFIL DE ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

As POFs realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são inquéritos populacionais que avaliam diversas variáveis a respeito dos gastos dos brasileiros nas mais variadas áreas, e a edição de 2002-2003 foi a primeira avaliação em âmbito nacional que avaliou o consumo de alimentos fora de casa, bem como as suas edições seguintes (2008-2009 e 2017-2018).

Bezerra e Sichieri (2010) estudaram as mudanças no consumo alimentar e os níveis de atividade física a partir dos dados da POF 2002-2003 e discutem sua relação com o aumento da

prevalência e incidência de excesso de peso e obesidade, além de doenças crônicas não-transmissíveis. As autoras discutem que o aumento do consumo de alimentos fora de casa podem estar correlacionados a esses quadros, com a maior presença de alimentos ricos em gorduras, açúcar, sal e calorias. Acompanhado de uma redução no consumo de alimentos ricos em ferro, cálcio e fibras alimentares. Já com os dados da POF 2008-2009, Bezerra et al (2013) discutem sobre o aumento do gasto com a alimentação fora de casa comparando essa com a POF anterior, de 2002-2003. Na primeira POF os gastos para comer fora do domicílio eram de 24% e em 2008-2009 esse valor subiu para 31%. Mais recentemente, Moraes et al (2021) destacam que a realização de refeições fora de casa contribui para o consumo constante e excessivo de alimentos ultraprocessados, com maior consumo calórico. Esse perfil pode desencadear ganho de peso e o desenvolvimento de doenças crônicas não-transmissíveis.

A gastronomia tornou-se um dos grandes pilares para que a alimentação fora de casa pudesse ser parte dessa história toda. Após a Revolução Industrial, que transformou o modelo de sociedade feudal em capitalista, o aumento e a consolidação do mercado de trabalho fora de casa demandou que a alimentação dos trabalhadores ocorresse fora do âmbito doméstico. Como descreve Oliveira (2021), o surgimento dos restaurantes, associado à evolução da gastronomia como uma profissão, transformou a culinária que antes era exclusiva do ambiente doméstico para o externo. O comer na rua em locais especializados foi tomando maior espaço na alimentação das pessoas e criando uma separação bastante importante entre o comer doméstico (feminino) e o cozinhar como ofício (masculino). Após a Revolução Francesa em 1799, foi observada uma propagação maior dos restaurantes e a modernização da culinária francesa, trazendo a gastronomia como status de profissão, disciplina e respeito. Mais uma vez as mulheres foram afastadas desse novo lugar da culinária e continuaram a serem associadas à culinária doméstica, de cuidado dos filhos e dos homens e que lá elas deveriam ficar confinadas.

A ENTRADA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Muitos estudos epidemiológicos em nutrição apontam que a entrada da mulher no mercado de trabalho é um dos fatores que proporcionou o aumento da alimentação fora de casa, maior presença de produtos ultraprocessados na alimentação da família e a troca de refeições tradicionais por lanches. A seguir como esse cenário é descrito nos artigos.

Analisando os dados da POF 2002-2003, Claro *et al.* (2009) discutem que do mesmo modo, a proporção de domicílios chefiados por mulheres no estrato pode ser vista como uma aproximação da proporção de mulheres empregadas e responsáveis pelo sustento econômico de seus lares. Nesse caso, a ausência da mulher, geralmente responsável pelo provimento doméstico de alimentação, seria um fator importante para elevação da alimentação fora de casa". O artigo de Bezerra et al (2013) que foi mencionado anteriormente sobre o gasto com alimentação fora de casa também com os dados das POF 2002-2003, diz que fatores sociais, demográficos e econômicos, como **maior participação da mulher no mercado de trabalho**, aumento da renda familiar, urbanização, escassez de tempo da sociedade moderna e diminuição do preço de alimentos prontos para consumo que influenciaram o aumento nos gastos com alimentação fora do domicílio, continuarão a impulsionar a fração das despesas com esse tipo de alimentação.

Leal (2010) diz que com a intensa urbanização e industrialização, ocorridas durante os anos 1950 e 1960, **crescente profissionalização das mulheres**, elevação do nível de vida e de

educação, generalização do uso do carro, maior acesso da população ao lazer (férias) e viagens, foi alterada a gestão de tempo aplicado à alimentação. (...) O quadro de urbanização atual é caracterizado pela **inserção feminina no mercado de trabalho**, modificando o cenário doméstico, o que antes era representado pela mulher como responsável pela alimentação de outros membros da família. (...) Dessa forma, a mulher tem investido no mercado de trabalho, fato que reduz o tempo destinado às atividades domésticas. A autora pontua que as mulheres passaram a desempenhar um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa. Jomori *et al.* (2005) também mencionam a urbanização relacionada à inserção feminina no mercado de trabalho, modificando o cenário doméstico, o que antes era representado pela mulher como responsável pela alimentação de outros membros da família.

Em 1997, Garcia relata que originária no universo doméstico, a alimentação, enquanto prática, está envolta no convívio familiar e social, vinculada mais especificamente à figura da mãe e da mulher e, portanto, atrelada a uma referência afetiva. Configurada no espaço doméstico e sob responsabilidade da mulher, a alimentação era compartilhada essencialmente na intimidade do lar. Hoje, **mesmo a mulher que trabalha fora de casa** não se furta da tarefa e da responsabilidade de ser a principal provedora da alimentação da família, com atividades que vão desde a definição do cardápio, incluindo a responsabilidade de adequar os recursos financeiros às necessidades de alimentos, a realização de compras e preparação das refeições.

A alimentação fora de casa por conta do cotidiano das pessoas, a distância e o deslocamento necessário para as pessoas entre as residências e os locais de trabalho, a urbanização, a inserção da mulher no mercado de trabalho e redução ou escassez de tempo para o preparo dos alimentos em casa foram discutidos por Rodrigues e Sabes (2006) e Schindwein e Kassouf (2007). Os autores pontuam que comer fora de casa passou a fazer parte do cotidiano das pessoas e não mais configura como ocasiões especiais.

A respeito não só da presença da mulher no mercado de trabalho, Queiroz e Coelho (2017) pontuam que em domicílios chefiados por mulheres, espera-se que haja maior chance de consumo de alimentação fora do lar. Os autores mencionam dois estudos, de Yen (1993) e Manrique e Jensen (1998) que também identificaram que a participação da mulher no mercado de trabalho é cada vez mais importante na explicação do consumo de alimentos fora do lar para os Estados Unidos e Espanha, respectivamente. No Brasil, a participação da mulher no mercado de trabalho, quando medida por seus rendimentos, ainda parece não ter grande influência nas categorias de alimentos considerados, sendo importante somente almoço e jantar fora de casa. No entanto, o salário da mulher na classe superior aumenta as chances de consumo de alimentação na escola. No Brasil, o número de mulheres que chefiam o domicílio passou de 22,2% para 38,8% entre 2000 e 2013 (Campos *et al.*, 2020). Em 2012, 80% das atividades alimentares domésticas eram de responsabilidade das mulheres devido serem vistas como um "instrumento" para atingir a segurança alimentar das famílias, sendo consideradas as guardiãs do bem-estar dos demais membros da família.

Um dos poucos artigos que menciona a falta de rede de apoio para a mulher, Pinheiro (2005), pontua que o papel do gênero neste processo, quando a mulher assume uma vida profissional extra-domicílio, porém continua acumulando a responsabilidade sobre a alimentação da família - a atribuição feminina transita entre o ambiente do trabalho e doméstico e, assim, se coloca como um novo paradigma da sociedade moderna que não tem criado mecanismos de suporte social para a desconcentração desta atribuição enquanto exclusivamente feminina. E o autor traz dois outros argumentos que têm uma relação indireta

com a dinâmica familiar e ambiente doméstico, a modificação dos espaços físicos para o compartilhamento das refeições e nas práticas cotidianas para a preparação dos alimentos; as mudanças ocorridas nas relações familiares e pessoais com a diminuição da frequência de compartilhamento das refeições em família (ou grupos de convívio); a perda da identidade cultural das preparações e receitas com a chegada do 'evento social' da urbanização/globalização e com isto o crescente consumo de alimentos industrializados, pré-preparados ou prontos, que respondem a uma demanda de identidade e praticidade; e a evidente desagregação de valores sociais e coletivos que vem culturalmente sendo perdidos em função das modificações acima referidas.

Lelis, Teixeira e Silva (2012) também pontuam que a falta de rede de apoio para as mulheres se torna uma grande questão nessa discussão toda, pois segundo a nossa sociedade moderna ainda não foram criados mecanismos de suporte social para que a concentração da responsabilidade e atribuições femininas estejam apenas nas mãos das mulheres.

O PATRIARCADO, PAPÉIS DE GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO ESTRUTURAS SOCIAIS

Entende-se por patriarcado uma estrutura social onde há a dominação masculina sobre a feminina e que algumas instituições são envolvidas, como o que conhecemos de família, as leis, a escola e as religiões (Lerner, 2019). A família estruturada com base em um homem cisgênero, uma mulher cisgênero e a propagação da espécie e dessa estrutura quando eles têm filhos. Parece óbvia essa conversa, mas se pensarmos que essa "família tradicional" é pautada nos gêneros binários e ela se torna peça fundamental nessa estrutura, junto com as religiões que ditam regras e comportamentos e as leis que acompanham isso, começamos a entender esse funcionamento. E acaba sendo um mecanismo de retroalimentação, pois a estrutura social criou esse mecanismo, mas ele não se sustenta sem a própria ideia de patriarcado.

Partindo então dessa estrutura, com a composição da família precisa-se distribuir os papéis atribuídos a cada membro dela, e a biologia humana entra nessa equação toda. O entendimento que o homem detém de maior força física por conta de historicamente ser quem saía de casa para colheita e caça e para as mulheres ficou subentendido que não tem essa mesma destreza física e que são figuras frágeis e indefesas, também pelo fato de elas maternarem. Simone de Beauvoir em seu livro "O segundo sexo" descreve o contexto biológico nas funções, papéis e lugares sociais dos homens e das mulheres e o quanto o papel da maternidade entra nesse lugar. Segundo Lerner (2019), os estados arcaicos foram organizados no formato do patriarcado (...) assim, desde o início, o Estado tinha um interesse fundamental na permanência da família patriarcal (...) a manutenção do sistema era assegurada por meio da força, da dependência econômica em relação ao chefe homem da família, dos privilégios de classe dados a mulheres conformadas e dependentes das classes altas, e da divisão criada de modo artificial entre mulheres respeitáveis e não respeitáveis.

Quanto à reprodução sexual, Lerner (2019) no livro "A criação do patriarcado" diz que uma vez adquirida tal propriedade privada, os homens buscaram garanti-la para eles e seus herdeiros; para isso, instituíram a família monogâmica. Controlando a sexualidade das mulheres com a exigência da virgindade pré-nupcial e a determinação do duplo padrão de julgamento sexual no casamento, os homens garantiram a legitimidade da prole, assegurando, assim, seu direito à propriedade (...) com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica

virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher tornou-se um serviço privado, a esposa virou a principal criada, excluída de toda participação na produção social.

A dependência econômica das mulheres nesse contexto familiar, somado com o entendimento biológico de que ela é frágil fez com que as mulheres realmente só pudessem ocupar os espaços domésticos e as atividades nesse contexto passaram a ser performadas por elas e criou-se um entendimento que as mulheres já nasceram com o dom de realizar tarefas domésticas como lavar, passar, cozinhar, arrumar a casa e cuidar dos filhos. Só que esse “dom” atribuído a elas nada têm a ver com a biologia feminina. Desde o tempo da criação desse modelo estruturado da sociedade os homens entendem e reproduzem a ideia de que “ela que sabe como lavar essa roupa” ou “delegar a ela a decisão do que nossos filhos vão comer” pois “ela que sabe (desse assunto)”. Frases comuns que escutamos em nossos consultórios de nutrição ditas por mulheres exaustas da sobrecarga doméstica e profissional.

Sempre foi atribuído às mulheres a função do cuidado dos outros, talvez pelo fato de que ela que gesta, dá a luz e amamenta os filhos e então há um entendimento social e coletivo de que “é natural da mulher” essas funções, que a sua biologia seja propícia e automática para esse cuidado. Então, as mulheres passaram a ter a posição social de cuidadora do lar e de todas as tarefas relativas a isso quando houve a criação do modelo social patriarcal que vivemos, o que é conhecido pela divisão sexual do trabalho. Ficou sob responsabilidade do homem o trabalho braçal, pesado, fora de casa, para trazer sustento à mulher e aos filhos.

Essa divisão sexual do trabalho reforçou muito os papéis sociais dos gêneros masculino e feminino e reforça os modelos normativos, ou seja, como entendemos que é o certo e “normal” de como as pessoas deveriam ser, trabalhar, atuar na sociedade e se comportar. Pensando nessa dicotomia dos gêneros, antigamente tinha-se em mente que um gênero não poderia atuar no papel que o outro gênero performa.

As primeiras ocupações da mulher no mercado de trabalho foram nas fábricas após a revolução industrial. Após a 1ª e 2ª guerra mundial, elas começaram a ocupar cargos de homens em diferentes setores. Décadas de 50 e 60 foram marcadas por movimentos feministas brancos que reivindicavam mais direitos às mulheres e igualdade aos homens por conta dessa ocupação no mercado de trabalho, pois suas jornadas eram mais extensas e os salários menores. Acompanhando isso, a luta pela libertação sexual, como o uso de métodos contraceptivos, maiores participações na política e sociedade e também emancipação feminina.

Completamos em 2018 cinquenta anos dos movimentos sociais de maio de 1968, da luta pela liberação da opressão sobre as mulheres e pela igualdade de direitos em relação aos homens. Sendo assim, podemos pensar que temos hoje a terceira geração de mulheres que foram educadas dentro da perspectiva da igualdade de gênero. Avançamos? Ou estamos criando e educando nossas filhas para um mundo do trabalho que elas na verdade não conseguirão acessar de forma plena?

O HISTÓRICO DOS PAPÉIS FEMININOS NA ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA

A luta por reconhecimento tendo como objetivo a emancipação da dominação e mais igualdade na divisão sexual do trabalho deve prever o combate da dominação masculina,

opressão, que se observa predominantemente no ambiente privado (doméstico) e também a superação da relação entre capital e trabalho, a exploração. (Honnet, 2009)

Silprandi (2004) discute o lugar da mulher nas políticas de segurança alimentar, mudanças nos modelos de produção e consumo de alimentos e suas implicações na vida das pessoas, mostrando como, ao mesmo tempo, essas mudanças influenciam e são influenciadas pelas relações de gênero. A autora discute que o trabalho de planejamento, gerenciamento, preparo da alimentação, cuidado e educação dos filhos, caso haja também idosos e enfermos e também dos outros adultos que compõem aquela família ou residem naquela residência ficam sob responsabilidade das mulheres. Embora esse trabalho possa ser auxiliado e complementado com a contratação de uma terceira pessoa, a sobrecarga contínua sobre as mulheres. Vale ressaltar que esse trabalho doméstico realizado pelas mulheres não é remunerado, enquanto que o que é produzido fora do contexto familiar e doméstico é passível de remuneração (Silprando, 2004; Fougeryollas-Schwebel, 1999).

A entrada da mulher no mercado de trabalho mudou as configurações do modelo tradicional conhecido da família nos modelos de família, em que os homens mantiveram a sua posição (de provedor), embora as mulheres apenas donas de casa tendem a desaparecer. Mas isso não significou que elas deixaram de ter como papel fundamental a condição de gestoras do lar e responsáveis pelos cuidados dos demais: significou, sim, que as tiveram de se adaptar a esse duplo papel, ainda que, muitas vezes, não estando confortáveis em qualquer desses espaços (Fougeryollas-Schwebel, 1999, Carrasco (2003) Silprandi (2004),

Lelis *et al.* (2012) afirmam que as mulheres são as responsáveis por 80% das atividades alimentares domésticas e que por isso a sua inserção no mercado de trabalho pode contribuir para a alteração do consumo alimentar e hábitos da família, como é o caso do preparo das refeições.

E a respeito do papel do homem nisso tudo, o que se discute? A culpabilização do homem não ser a figura natural a ocupar esse espaço junto às mulheres não existe. Não se questiona um homem que não sabe fritar um ovo, não conhece os professores da escola dos filhos, não acompanha em consultas de pediatras ou sabe do calendário de vacina dos filhos. Esses homens não são menos homens por causa disso. Mulher que deixa os filhos em casa e sai para um *happy hour* com as amigas é a mulher que “abandona” os filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justificativa para a alimentação da família piorou porque a mulher foi para mercado de trabalho reforça um discurso estrutural machista e racista, pois invisibiliza e desconsidera a presença, trabalho e sobrecarga da mulher preta que sempre ocupou o cuidado na casa das pessoas brancas, e machista pois o homem que mora naquela casa jamais ocupou esse papel. O desenvolvimento da indústria de alimentos e da gastronomia, contribuíram para essa consolidação da comida fora de casa a partir da presença de locais para tal atividade, como os restaurantes, e a comida ultraprocessada como grande contribuinte para o desenvolvimento de doenças crônicas não-transmissíveis.

Se a comida ultraprocessada e da rua passaram a ser mais consumidas, é porque ninguém continuou cozinhando comida fresca e caseira. Se a comida ultraprocessada avançou no Brasil é por conta do lobby da indústria, facilitação dos governos e enfraquecimento da

agricultura e políticas públicas para o seu crescimento. Se plataformas e aplicativos de entrega de comida tomaram conta da alimentação de uma camada classe média rica branca da população nos grandes centros é porque as pessoas estão parando de cozinhar.

Invisibilizar a mulher preta, culpabilizar a mulher por sua busca por independência de lares patriarcais, subjugação masculina, maternidade solo extenuante mesmo que casada ou morando com companheiro que a impede dos afazeres domésticos é de uma crueldade imensa. É cômodo tentar manter a estrutura social do machismo e racismo nesse âmbito, que acaba não tirando as pessoas dos seus locais de privilégio e dominação. É necessário e urgente mexer nessa estrutura social e, para isso, dialogar com incômodos. É mais do que fundamental promover a reparação histórica para as mulheres pretas, a construção de políticas sociais e públicas, como condições de trabalho, salários dignos, reconhecimento do papel e presença das mulheres pretas na cozinha das casas brancas, escolas e restaurantes.

REFERÊNCIAS

AHMED S.; DOWNS S.; FANZO J. Advancing an Integrative Framework to Evaluate Sustainability in National Dietary Guidelines. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2019.00076> Acesso em: 11 jun. 2021.

AKOTIRENE C. **Interseccionalidade** - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BATISTA FILHO M.; RISSIN A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cad. Saúde Públ.**, 2003, 19(Sup. 1):S181-S191.

BATISTA FILHO M.; SOUZA AI.; MIGLIOLI TC.; SANTOS MCS. Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira. **Cad. Saúde Públ.** 2008, 24 Sup 2:S247-S257.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960. Bezerra IN, Sichiery R. Características e gastos com alimentação fora do domicílio no Brasil. **Rev Saúde Públ.** 2010, 44(2):221-9.

BEZERRA, I. N.; SOUZA, A.; PEREIRA, R. A.; SICHIERI, R. Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil. **Rev Saúde Públ.** 2013, 47(1Supl): 2005-2115.

CAMPOS, L.; BERNARDES, S.; GODINHO, C. Food as a way to convey masculinities: How conformity to hegemonic masculinity norms influences men's and women's food consumption. **J Health Psychol.** 2020, 25(12):1842-56.

CLARO, R.M.; LEVY, R. B.; BADONI, D. H. Influência da renda sobre as despesas com alimentação fora do domicílio, no Brasil, 2002-2003. **Cad. Saúde Públ.** 2009, 25(11): 2489-2496.

CARRASCO, C. La sustentabilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? In: LEÓN T., Magdalena (comp.). **Mujeres y trabajo: cambios impostergables**. Porto Alegre: REMTE, Marcha Mundial de las Mujeres, Clacso, Alai, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Editora Boitempo, 2016.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **O trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999. (Cadernos Sempreviva).

GARCIA, R. W. D. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. **Cad. Saúde Públ**, 1997, 13(3):455-467.

HONNET A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOOKS, B. **E eu, não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Editora Rosa dos Tempos, 2019.

JOMORI, M. M.; PROENÇA, R. P. C.; CALVO, M. C. M. Escolha alimentar: a questão de gênero na escolha alimentar: a questão de gênero no contexto da alimentação fora de casa contexto da alimentação fora de casa. **Cad Esp Fem**. 2008, 19(1): 369-384.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cad. Saúde Públ**. 2003, 19(Sup. 1):S4-S5.

LEAL, D. Crescimento da alimentação fora do domicílio. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 2010, 17(1): 123-132.

LELIS, C. T.; TEIXEIRA, K. M. D.; SILVA, N. M. A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família. **Saúde em Debate**, 2012, 36 (95): 523-532.

LERNER G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 2019. Editora Cultrix; 1ª edição.

MACHADO, T. S. **Um pé na cozinha: um olhar socio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil**. Fósforo Editora, 2022.

MELGAÇO, M. B.; SOUZA, R. M. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. **Educ Rev**. 38, e34023. 2022.

MANRIQUE, J.; JENSEN, K. Working women and expenditures on food away-from-home and at-home in Spain. **J Agric Econ**. 1998, 49: 321-33.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Guia alimentar para a população brasileira**. 2014.

MONTEIRO, C. A.; MONDINI, L.; COSTA, R.B.L. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). **Rev Saúde Públ**. 2000, 34(3): 251-258.

MONTEIRO, C.A.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; CASTRO, I. R. R.; CANNON, G. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cad. Saúde Públ**. 2010, 26(11): 2039-2049.

MORAIS, S. R.; BEZERRA, I. N.; SOUZA, A. M.; VERGARA, C. M. A. C.; SICHIERI, R. Alimentação fora de casa e biomarcadores de doenças crônicas em adolescentes brasileiros. **Cad. Saúde Públ**, 2021, 37(1).

OLIVEIRA, R. C. A transição nutricional no contexto da transição demográfica e epidemiológica. **Rev Min de Saúde Públ**, 2004, 3(5): 16-23.

OLIVEIRA, MFB. **Autonomia culinária: desenvolvimento de um novo conceito**. 2018. (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, R. G. **Lugar de mulher é na cozinha. As representações sociais sobre as mulheres no mercado de trabalho gastronômico**. 2021. Dissertação de Mestrado em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Sustentável - Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, 2021.

PINHEIRO, A. R. O. A alimentação saudável e a promoção da saúde no contexto da segurança alimentar e nutricional. **Saúde em Debate**. 2005, 29(70): 125-139.

QUEIROZ, P. W. V.; COELHO, A. B. Alimentação fora de Casa: uma Investigação sobre os Determinantes da Decisão de Consumo dos Domicílios Brasileiros. *Anál Econ*. 2017, 35 (67): 67-104.

RODRIGUES, F. S.; SABES, J. J. S. A percepção do consumidor de alimentos “fora de casa”: um estudo multicaso na cidade de Campo Grande/MS. **Cad Adm**, 2006, 14(2): 37-45.

SCHLINDWEIN, M. Influência do custo de oportunidade do tempo da mulher sobre o padrão de consumo alimentar das famílias brasileiras. 2006. 119 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006.

SCHRAMM, J. M. A.; OLIVEIRA, A. F.; LEITE, I. C.; VALENTE, J. G.; GADELHA, A. M. J.; PORTELA, M. C.; CAMPOS, M. R. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doenças no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2004, 9(4):897-908.

SILPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. In: FARIA, N; NOBRE, M. (Orgs.). **A produção do Viver**. São Paulo, 2004.

SILVA, L. L. T. Mulheres e o Mundo Do Trabalho: A Infundável Dupla Jornada Feminina. **Revista Eletrônica Interações Sociais**. 2019, 3(1): 123-131.

YEN, S. T. Working wives and food away from home: the box-cox double hurdle model. **Am J Agr Econom**, 1993, 75(4): 884-895.